ou, ainda, de se realizar, em qualquer tempo, como atividade isolada de um ou outro membro da espécie humana. **O trabalho é, sempre, atividade coletiva**: seu sujeito nunca é um sujeito isolado, mas sempre se insere num conjunto (maior ou menor, mais ou menos estruturado) de outros sujeitos. Essa inserção exige não só a coletivização de conhecimentos, mas sobretudo implica convencer ou obrigar outros à realização de atividades, organizar e distribuir tarefas, estabelecer ritmos e cadências etc. — e tudo isso, além de somente ser possível com a comunicação propiciada pela linguagem articulada, não está regido ou determinado por regularidades biológicas; consequentemente, o caráter coletivo do trabalho não se deve a um *gregarismo* que tenha raízes naturais, mas, antes, expressa um tipo específico de vinculação entre membros de uma espécie que já não obedece a puros determinismos orgânico-naturais. Esse caráter coletivo da atividade do trabalho é, substantivamente, aquilo que se denominará de **social**.

Como se pode observar, portanto, o trabalho não transforma apenas a matéria natural, pela ação dos seus sujeitos, numa interação que pode ser caracterizada como o *metabolismo entre sociedade e natureza*. O trabalho implica mais que a *relação* sociedade/natureza: implica uma *interação no marco da própria sociedade*, afetando os seus sujeitos e a sua organização. O trabalho, através do qual o sujeito transforma a natureza (e, na medida em que é uma transformação que se realiza *materialmente*, trata-se de uma transformação **prática**), transforma também o seu sujeito: foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos — numa espécie de *salto* que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o **ser social**.

Nossa argumentação chega, agora, a um momento extremamente importante: estamos afirmando que o trabalho, tal como o viemos caracterizando até aqui, só deve ser pensado como a atividade exercida exclusivamente por homens, membros de uma sociedade, atividade através da qual — transformando formas naturais em produtos que satisfazem necessidades — se cria a riqueza social; estamos afirmando mais: que o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o **ser social**. Em poucas palavras, *estamos afirmando que foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal*. É preciso que nos detenhamos, mesmo que brevemente, nessa questão essencial.

1.2. Trabalho, natureza e ser social

A sociedade não pode existir sem a natureza — afinal, é a natureza, transformada pelo trabalho, que propicia as condições da manutenção da vida dos membros da sociedade. *Toda e qualquer sociedade humana tem sua existência hipotecada à existência da natureza* — o que varia historicamente é a *modalidade da relação* da sociedade com a natureza: variam, ao longo da história, os *tipos* de transformação que, através do trabalho, a sociedade opera nos elementos naturais para deles se servir, bem como os *meios* empregados nessa transformação. Vale dizer: modificam-se, ao longo da história da humanidade, as formas de produção material da vida social e, por conseguinte, as condições materiais de existência nas quais vivem os homens. Mas é *invariável* o fato de que a reprodução da sociedade depende da existência da natureza (a natureza, porém, pode existir e subsistir sem a sociedade).

Por *natureza* entendemos o conjunto dos seres que conhecemos no nosso universo, seres que precederam o surgimento dos primeiros grupos humanos e continuaram a existir e a se desenvolver depois desse surgimento. Ela se compõe de seres que podem ser agrupados em dois grandes níveis: aqueles que não dispõem da propriedade de se reproduzir (a natureza *inorgânica*) e aqueles que possuem essa propriedade, os seres vivos, vegetais e animais (a natureza *orgânica*). A distinção entre os níveis inorgânico e orgânico, contudo, não significa a existência de uma "dupla natureza" — de fato, a natureza é uma *unidade*, articulando seus diferentes níveis numa *totalidade complexa*.

Não há estudos científicos conclusivos que expliquem suficientemente como se deu a diversificação entre os níveis inorgânico e orgânico; sabe-se, apenas, que o surgimento da *vida*, ligado a complexos processos físico-químicos, foi produto de um longo caminho evolutivo, ao cabo do qual, sobre a base da matéria inorgânica, emergiu um **novo tipo de ser**, dotado da capacidade de se reproduzir: o *ser vivo, orgânico*. Esse surgimento configurou uma espécie de *salto qualitativo* na dinâmica da matéria inorgânica (até então, a única forma de existência da natureza), uma vez que a *passagem do inorgânico ao orgânico* fez aparecer na natureza um tipo de ser com uma estrutura de *complexidade diferente e maior*, cujas características não podem ser deduzidas das características da matéria inorgânica. As condições que propiciaram